

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB
Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
		Patrícia Gaspar Costa	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SSRH	Vinícius Rosa Rodrigues (Secretário executivo dos Comitês PCJ)	Titular	Justificou	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia (Secretário executivo adjunto dos Comitês PCJ)	Suplente	Presente	
		Astor Dias de Andrade	Suplente	Ausente	
03	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		Mara Regina S. Ramos	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Justificou	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Justificou	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Adriana Gomes de Freitas	Suplente	Justificou	
		Esther Menezes	Suplente	Ausente	
05	SMA	Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Presente	
		Laura Stela Naliato Perez	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Justificou	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Ausente	
	Secretaria de Energia e Mineração	Oscar Brás Berreta Pion	Suplente	Ausente	
		Raphael Rodrigues Ferreira	Suplente	Presente	
07	P. M. de Rio das Pedras	Antônio Carlos Defavari	Titular	Presente	
		Daniel Gonçalves	Titular	Presente	
	P. M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Osmar da Silva Júnior	Suplente	Presente	
08	P.M. de Nova Odessa	Benjamim Billl Vieira de Souza	Titular	Ausente	
		Ricardo Ôngaro	Titular	Presente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
09	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P.M. de Itirapina	José Maria Candido	Suplente	Ausente	
		Alípio Marques Júnior	Suplente	Presente	
10	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Ana Lúcia Watanabe	Suplente	Justificou	
11	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	
	P. M. de Rio Claro	João Teixeira Júnior	Suplente	Ausente	
		Francesco Rotolo	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	João Batista da Silva	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Justificou	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Luana da Silva	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coord. da CT-MH)	Titular	Ausente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB
Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

14	CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Ausente	
15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coord. Adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
16	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Presente	
		Antônio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
	CODEN	Ricardo Ôngaro	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coord. da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (Coord. Adjunto da CT-Rural)	Suplente	Presente	
19	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
20	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coord. Adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbo	Titular	Presente	
	AESABESP	Marcia Nunes	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coord. Adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	Suprema	Franciscus Johannes Maria Schoenmaker	Suplente	Justificou	
23	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Rotary Club de Rio Claro “Cidade Azul”	Dejanira de Franceschi de Angelis	Suplente	Ausente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Ausente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

5

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
	UNESP/CEA	Didier Gastmans	Coordenador	Justificou
CT-EA	IPSA	Tiago Valentim Georgette	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Ana Lúcia Vieira	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
CT-Indústria	CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Justificou
	CIESP – DR Campinas	Jorge Marino Galgaro	Coordenador-adjunto	Justificou
CT-MH	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica R. Vahteric Isenburg	Coordenadora	Presente
	UNESP/IB	Harold Gordon Fowler	Coordenador-adjunto	p/ Raquel Metzner
	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Secretária	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	INEVAT	Claudia Grabher	Secretária	Presente
CT-Rural	CATI	Denis Herisson da Silva	Secretário	Justificou
CT-SA	FT/Unicamp	Maria Aparecida Carvalho de Medeiros	Coordenadora	Presente
CT-SAM	IPSA	Adriana Fabiana Corrêa	Coordenadora	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB
Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

Membros da Câmara Técnica do Plano de Bacias – CT-PB (com direito a voto)		
Entidade	Representante	Participação
AAEAA – Amparo	Wilhelm Wulff Poloni	Presente
AESABESP	Carlos Alberto Miranda da Silva	Presente
ASSEMAE	Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg	Presente
ASSEMAE	Rodrigo Hajjar Francisco	Presente
ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Presente
CIESP – DR Bragança Paulista	Roberto Mario Polga	Presente
Consórcio PCJ	Lilian Cristina de Moraes Guimarães Bozzi	Presente
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini	Presente
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Presente
FIESP	Roberto Mario Polga	Presente
GAEMA PCJ	Rodrigo Sanches Garcia	Presente
IPSA	Harold Gordon Fowler	p/ Raquel Eliana Metzner
P. M. de Indaiatuba	Danielle França Nery	Presente
P. M. de Louveira	Lidiane Nobre Alves	Presente
Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Presente
SABESP	Maurício Polezi	Presente
SANASA	Paulo Roberto S. Tinel	Presente
SANASA	Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg	Presente
SANASA	Rodrigo Hajjar Francisco	Presente
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Presente
UNESP/IB	Harold Gordon Fowler	p/ Raquel Eliana Metzner
UNICA	André Elia Neto	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo-Financeiro)
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Elaine Franco de Campos
	Eduardo Cuoco Léo
	Diogo B. Pedrozo
	Juliana Prado Guilmo
	Rodolfo Bassani
	Victória Megid
	José Guilherme Parisotto
	Kaique Duarte Barretto
	Marina Peres Barbosa
	Fabio Coca
	Leonardo Lucas Baumgratz
DAAE Rio Claro	Ricardo Pires de Oliveira
GAEMA Campinas	Rodrigo Sanches Garcia
P. M. de São Pedro	Pedro Gil
SAAESP São Pedro	Thiago S. Silva
SAAESP São Pedro	Tiago Seydel
Universidade Federal de Goiás	André Batalhão
P. M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira
CODEN	Eric Anthony
SANASA	Marília Palhares
SAE Louveira	Patrícia Ferreira



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) por meio de mensagem eletrônica, em 17/11/2017. A reunião foi presidida pelo Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, que, na abertura, cumprimentou a todos e agradeceu à FT/Unicamp pela cessão do espaço. **1.1. Proposta de inclusão de item de pauta:** De início, o Sr. Sebastião solicitou a inclusão de item na pauta em “Outros assuntos”, para a discussão dos assuntos referentes ao pagamento pelo uso dos recursos hídricos no tocante à SABESP, e o assunto Papel Zero – Contrato de Gestão. O Sr. Sebastião colocou em votação a inclusão destes itens de pauta, sendo aprovados por unanimidade. **1.2. Proposta de inversão de pauta:** Na sequência, o Sr. Roberto Polga, representante do CIESP DR Jundiá, solicitou que as pauta fosse invertida, antecipando-se os itens “Apreciação da nova “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ” e “Apreciação das propostas de cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ” na sequência da pauta “Apreciação revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020”. A partir da solicitação do Sr. Polga, o Sr. Sebastião colocou em votação a alteração de pauta, sendo aprovada por unanimidade. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Sebastião informou que no período de 07 a 10 de novembro de 2017 os Comitês PCJ participaram com sua delegação formada pelas Coordenações das CTs, membros da CT-PL e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ do XIX Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOB), em Aracaju/SE. O ENCOB, neste ano, apresentou como tema central “Os comitês de bacia no fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos”. O Sr. Sebastião convidou a todos para participar da próxima reunião Plenária dos Comitês PCJ (20ª), a ser realizada no dia 15 de dezembro de 2017, no Instituto de Zootecnia, na cidade de Nova Odessa. Em seguida, o Sr. Sebastião informou sobre a presença do Sr. André Batalhão, doutorando em Ciências Ambientais, que está desenvolvendo uma pesquisa de indicadores de sustentabilidade para gestão da região das Bacias PCJ, solicitando aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ que atendessem às solicitações de entrevista do Sr. Batalhão. O Sr. Sebastião informou que o DAEE retomou as licitações para as barragens de Pedreira e Duas Pontes, tendo publicado no dia 02 de novembro os editais de licitação para a construção das referidas obras, as quais devem receber investimento de cerca de R\$ 740 milhões, com expectativa de início no primeiro trimestre de 2018 e de conclusão em 30 meses. Os imóveis para

65 construção foram declarados de utilidade pública. O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) já possui a Licença Ambiental Prévia e as empresas interessadas na licitação deverão apresentar suas propostas no dia 08 de dezembro. O Sr. Sebastião divulgou o curso online de Comunicação e Recursos Hídricos para gestores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA). As inscrições estarão abertas até o dia 27 de novembro de 2017, e o treinamento terá 20h de duração, com as aulas iniciando dia 01 de dezembro de 2017. O objetivo é que os gestores aprendam a identificar seus públicos, conheçam e formulem as melhores estratégias de entrega de informações e mensagens sobre gestão de recursos hídricos. O curso é aberto a todos os interessados, sendo que informações mais detalhadas estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Sebastião informou o pleito da CT-AS quanto à solicitação de financiamento para membros dos Comitês PCJ para a realização de curso de pós-graduação Lato Sensu oferecido pelo Centro de Estudos Ambientais da UNESP, campus Rio Claro, intitulado “Gestão de Recursos Hídricos e Gerenciamento de Áreas Contaminadas”. A solicitação foi aprovada por unanimidade pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ em reunião realizada em Americana no dia 26 de outubro e encaminhado à CT-PL para informe e à Agência PCJ para ser submetido à aprovação no PAP-PCJ. O Sr. Sebastião informou, também, a previsão de ocorrência de reunião extraordinária da CT-PL para análise de eventuais recursos apresentados quanto ao financiamento de projetos para o dia 02 de fevereiro de 2018, solicitando a todos que reservem suas agendas. **2.2. pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Sebastião passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que no dia 30 de outubro de 2017, ocorreu, em Piracicaba, a reunião de posse dos membros do Conselho Deliberativo para o biênio 2017-2019. Na ocasião, ocorreu a eleição e a posse do presidente e do vice-presidente do Conselho Deliberativo e do presidente do Conselho Fiscal, tendo sido reeleitos e empossados por aprovação unânime, como presidente o Sr. Paulo Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemæ), assumiu o posto. Como vice-presidente o Sr. Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi, representante da Associação do 120 Rotary Club - Rotary Internacional - D4590. No Conselho Fiscal, a votação ocorre apenas para a presidência e Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria da Saúde, manteve-se no cargo e cumprirá o mandato 2017/2019. O Sr. Sérgio informou, também, que durante o XIX ENCOB ocorreu a divulgação dos resultados da Ação Eco Cuencas, projeto que uniu profissionais da Comissão Europeia e



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

da América Latina e que contou com a parceria da Agência das Bacias PCJ. As experiências da Ação Eco Cuencas foram compartilhadas em revista bilíngue (português e espanhol), distribuída aos participantes do ENCOB. A referida Ação teve início em 2014 e será concluída em dezembro de 2017, tendo como principais objetivos melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismo de redistribuição financeira, desenvolvimento sustentável e resiliência quanto às mudanças climáticas. Após, o Sr. Sérgio expôs que, na data de 22 de novembro de 2017, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal deu um passo em favor da aprovação do PL 315/2009, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH. Com a votação, parte do valor recebido pelos Estados em decorrência da compensação financeira por alagamentos de represas para produção energética será retirada, passando de 45% para 25% do valor total da compensação dos chamados “royalties da energia”, cuja diferença será direcionada aos municípios, o que pode potencialmente diminuir os recursos do FEHIDRO, que é um fundo estadual. Por fim, o Sr. Sérgio informou sobre a reunião ocorrida no dia 23/11/2017 na Fundação Florestal, em São Paulo, sobre a construção de um termo de cooperação entre o GAEMA PCJ e a Fundação Florestal para cooperar tecnicamente com a estrutura e a dinâmica da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ com vistas à aplicação dos recursos da duplicação da Rodovia Bandeirantes. Uma vez que os recursos só poderiam ser utilizados para reflorestar áreas públicas, eles ficaram estagnados a partir do diagnóstico que não identificou áreas adequadas nas regiões determinadas. Os recursos giram em torno de R\$ 7.700.000,00, voltados para a recuperação de mananciais. Espera-se consumir a assinatura do referido termo na próxima Reunião Plenária dos Comitês PCJ, a ser realizada dia 15 de dezembro de 2017. Após, o Sr. Sérgio passou a palavra à sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência PCJ, para o informe referente aos projetos de demanda espontânea. A Sra. Patrícia informou que a Agência PCJ recebeu, entre os dias 6 e 8 de novembro de 2017, as inscrições de 19 projetos de demanda espontânea para captação de recursos das Cobranças PCJ e da compensação financeira dos royalties do setor hidrelétrico. São nove projetos na área de combate às perdas d’água (Programa de Duração Continuada 05 – PDC 05) e outros dez relacionados ao tratamento de esgoto (PDC 03). O valor disponível para financiamento em 2018 só será conhecido ao final do processo. O orçamento total dos projetos é de R\$ 43.563.219,17, sendo R\$ 35.294.316,69 de repasses e outros R\$ 8.268.902,48 de contrapartida dos tomadores. Para os dez empreendimentos do PDC 03 estão sendo pleiteados R\$ 18.607.341,55 de repasse e outros R\$ 2.713.530,40 de

contrapartida, totalizando R\$ 21.320.8711,95, enquanto para os nove empreendimentos do PDC 05 são R\$ 16.686.975,14 de repasses e R\$ 5.555.372,08 de contrapartida, totalizando R\$ 22.242.347,22. Na sequência passou a palavra para a Sra. Elaine Campos, Coordenadora de Projetos da Agência PCJ, que apresentou o cronograma e as etapas de análise, a qual terá parecer final divulgado no dia 16 de janeiro de 2018. **2.3. da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico:** Em seguida, o Sr. Sebastião passou a palavra ao Sr. Paulo Tinel, Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, para informes referentes à gestão do Sistema Cantareira. O Sr. Paulo Tinel apresentou os resultados da gestão atual, realizada pelos Comitês PCJ, do Sistema Cantareira, afirmando que houveram ganhos em segurança hídrica como não haviam antes. No entanto, a partir do dia 30 de novembro de 2017 a gestão deixaria de ser feita pelos Comitês PCJ e passaria a ser feita pelos órgãos gestores, pois conforme a atual outorga, durante o período de seca a gestão é feita pelos Comitês e durante o período úmido, pelos órgãos gestores. A CT-MH irá fiscalizar a atuação dos órgãos gestores. A respeito da operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), o Sr. Paulo informou que tal pauta foi discutida junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e à Agência Nacional de Águas (ANA), e que a ANA requisitou que até o dia 15 de dezembro de 2017 a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) apresentasse as regras de operação, colocando em questão a segurança hídrica do abastecimento da cidade de Jaguariúna e da indústria Ajinomoto, reiterando que não se deve permitir perturbações por parte das PCHs. Foi então questionado ao Sr. Paulo se tal discussão não estaria no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ao invés da ANA. O Sr. Paulo respondeu que, devido à ANEEL não atender os usos múltiplos dos recursos hídricos, a ANA é quem estabelece as regras operacionais. O Sr. André Elia, representante da ÚNICA, solicitou a palavra e expressou, a respeito do informe inicial da CT-MH, referente à gestão do Sistema Cantareira, que as condições podem ter melhorado do ponto de vista do saneamento, mas do ponto de vista ecológico e de paisagismo, não. Foi destacado também pelo Sr. André Elia a preocupação por uma possível redução de vazão pelos represamentos de Pedreira e Duas Pontes, ao qual o Sr. Paulo respondeu informando que a transposição que ocorrerá para tais obras manterá a água na própria bacia, apenas em afluentes locais diferentes. O Sr. Paulo prosseguiu, trazendo para a discussão as condicionantes de outorga do Sistema Cantareira, a respeito das quais focou sobre a utilização do volume morto e os postos telemétricos à montante do Sistema Cantareira. O Sr. Paulo entende que a CT-MH deve analisar, mas não irá se posicionar oficialmente quanto a estes temas porque



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

há um inquérito civil do Ministério Público em que pesa a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) ter enviado um e-mail em caráter informal para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE-PCJ). Devido a este inquérito, a CT-MH não irá se manifestar. Assim sendo, foi solicitado à CT-PL uma deliberação quanto aos Comitês PCJ para apenas se manifestarem em caráter oficial. **3. Aprovação da Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada na CATI, em Campinas/SP, em 01/09/2017:** O Sr. Sebastião questionou aos membros sobre a necessidade da leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Sebastião abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da mesma. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, sem alterações na minuta apresentada. **4. Apreciação da Manifestação da CT-PB quanto à interpretação apresentada durante a reunião de esclarecimentos da CRHi, realizada em 25/10/17:** O Sr. Sebastião informou que na data de 25/10/17, no município de São Paulo/SP ocorreu a reunião das Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo junto a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), quando foi apresentado um conteúdo mínimo exigido para apresentação do Relatório II – Plano de Bacias previsto pela Deliberação CRH 146/2012. Diante das exigências, a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, encaminhou o Ofício CT-PB nº 04/2017, de 31 de outubro de 2017, para a SE-PCJ, externando suas considerações com relação ao exigido. Na sequência, o Sr. Sebastião passou a palavra à Sra. Adriana Isenburg, Coordenadora da CT-PB, que retomou o panorama da situação aos membros da CT-PL, informando que as exigências feitas pelo CRHi, na data em que foram feitas, seriam inviáveis de serem atendidas, consideração a qual o Sr. Eduardo Leo, Coordenador de Sistema de Informações da Agência PCJ e o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da referida coordenação, reiteraram em suas falas subsequentes. O Sr. Eduardo Leo detalhou aspectos das solicitações, como a relação do desenvolvimento do plano com o orçamento dos municípios da bacia, e focou na questão do prazo estabelecido como o principal obstáculo dentro da problemática. A Sra. Adriana consultou a CT-PL quanto ao encaminhamento que seria dado à questão, sendo elencadas duas possibilidades de 1. Encaminhar a manifestação da CT-PB e encaminhar o relatório, mesmo em condições imperfeitas, para buscar os recursos; 2. encaminhar apenas o ofício CT-PB nº 04/2017, expressando discordância quanto às exigências estabelecidas. Foi aberta discussão no plenário e foi considerado relevante o fato do envio da documentação solicitada pela CRHi proporcionar a liberação de valores financeiros para os Comitês PCJ, o que não ocorreria se os Comitês não cumprissem as exigências e/ou não encaminhassem as documentações. O Sr.

Roberto Mário Polga, representante da CIESP DR. Jundiaí, manifestou-se contrário à entrega apenas da documentação baseando-se apenas neste argumento, pois seria reduzir o Plano de Bacias a um instrumento simbólico e para captação de recursos, ao invés de ser um documento consolidado e realmente norteador das ações nas Bacias PCJ. Após a discussão pelo plenário, foi decidido por unanimidade o encaminhamento do relatório exigido pela CRHi, e o encaminhamento de ofício da Diretoria dos Comitês PCJ expressando discordância quanto à construção não coletiva que tais decisões foram tomadas e impostas sobre os comitês enquanto metas intangíveis e prazos inexecutáveis também o seria. Considerou-se esta opção como mais razoável para evitar prejuízos aos Comitês PCJ e para marcar posicionamento buscando evitar situações semelhantes no futuro. A Diretora Técnica da Agência PCJ, Sra. Patrícia Barufaldi, reiterou que o fato de ser solicitado dilação do prazo das exigências da CRHi não significa que os Comitês PCJ estão de acordo com as mesmas **5. Apreciação da revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020:** O Sr. Sebastião informou a todos que, nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, foi aprovado o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos mesmos até o ano de 2035”; sendo que se faz necessária a atualização do conteúdo e do formato do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 às normas legais aplicáveis. A Fundação Agência das Bacias PCJ contratou, no ano 2015, por meio de processo licitatório, o Consórcio Profill-Rhama para execução dos serviços afetos à Revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, conforme Termos de Referência elaborados em conjunto com os Comitês PCJ. Ao longo do ano, foi desenvolvido processo de ampla discussão da Revisão do Plano das Bacias PCJ, com participação das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e Consultas Públicas nas cidades de Campinas/SP, Piracicaba/SP e Bragança Paulista/SP. O Sr. Sebastião passou a palavra para a sra. Adriana Isenburg, Coordenadora da CT-PB, para que ela apresentasse os resultados obtidos pelo consórcio contratado e fizesse suas considerações a respeito. A Sra. Adriana manifestou preocupação quanto aos produtos entregues pois verificou, junto à CT-PB, algumas pendências referentes ao conteúdo apresentado. Expôs ao plenário que para elaborar o relatório para a CRHi fora necessário mesclar conteúdos de diversos materiais, agregando seus pontos positivos e ignorando os negativos, pois o “Prognóstico” e o “Plano de Ações” não se encontravam satisfatórios, e, embora o consórcio contratado tenha entregue os itens mínimos exigidos por lei constantes do contrato, não estavam na qualidade adequada e, portanto, não haviam sido aprovados pelo



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

350 GT-Acompanhamento. A Sra. Adriana também expressou que o pacto exigido pelo CRHi em relação aos orçamentos dos municípios não foi considerado uma prática adequada pelo GT citado acima e que a solicitação da dilação do prazo para entrega das exigências da CRHi não implicava em concordância com seus termos, como foi expresso pela Sra. Patrícia Barufaldi. Manifestou-se também quanto ao fato de não haver tempo hábil para a reformulação do Plano dentro do prazo estipulado pela CRHi, porém discordando de o documento produzido pelo Consórcio Profill-Rhama ser aprovado como está. Assim, endossou que a melhor opção seria uma solicitação de dilação de prazo. O Sr. Eduardo Leo, Coordenador de Sistema de Informações da Agência PCJ, manifestou igualmente sua preocupação, indicando a possibilidade de problemas contratuais surgirem, pois o pagamento da parcela estipulada só seria realizada após a aprovação do produto entregue, o qual estava em qualidade abaixo do esperado e não aprovado. A Sra. Adriana, por sua vez, expressou seu entendimento de que a questão contratual deveria ser apreciada pela CT-PB, a qual realizaria uma reunião no dia 29/11/2017, e que aquele fato não demandava uma resolução da CT-PL naquele momento. Após a apresentação, o Sr. Sebastião abriu a palavra aos membros, que fizeram diversos questionamentos para esclarecimento do assunto. A solicitação da Sra. Adriana foi acatada, não havendo deliberação por parte da CT-PL quanto às questões contratuais e de pagamento. **6. Apreciação da nova “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ”:** O Sr. Sebastião informou que a nova política proposta vem como proposta de atualização dos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015, que aprovou a “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ”, que dispõe sobre as “Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros”, alterada pelos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 270/2017, de 31/03/2017, que aprovou a “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, no que se refere à redação do texto e aos anexos”. Após a explicação quanto aos aspectos legais, o Sr. Sebastião informou que no exercício de suas atividades, o GT-Mananciais entendeu ser necessária a atualização e um maior detalhamento dos procedimentos operacionais e metodológicos vigentes para atendimento ao Programa I - Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse e ao Programa II - Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-PCJ, com relação à redação

e anexos. Assim, considerando a necessidade de atualização da presente Política, que seu deu por meio de um processo contínuo, o GT-Mananciais discutiu amplamente os assuntos e, em sua 16ª Reunião Ordinária, realizada em 20/10/2017 no Instituto de Zootecnia (IZ) de Nova Odessa/SP, conjuntamente com a 16ª Reunião Extraordinária CT-RN e 8ª Reunião Extraordinária CT-Rural, apresentou a atualização da "Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ", a qual foi aprovada na mesma data e encaminhada para a apreciação da CT-PL. Na sequência passou a palavra ao Sr. João Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Secretário do GT-Mananciais, para breve apresentação sobre o conteúdo da proposta e a apresentação da minuta de deliberação. O Sr. Demarchi expôs a relevância da proposta, valorizando-a como política pública de integração entre o rural e o urbano, entre a produção e a conservação, e a utilização da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão sob uma visão integral. A elaboração da política, catalisada pela crise recente em que houve baixas no abastecimento, foi desenvolvida e atualizada com base nas discussões das CTs, GTs, eventos, workshops, fundamentação técnico-científica de projetos em geral e, a partir do desenvolvimento dos projetos piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A Política se justifica pelo fato de as Bacias PCJ serem classificadas majoritariamente como área de “muito alta prioridade” para restauração de mata nativa, além das potencialidades que apresenta de promoção da disponibilidade da água em quantidade e qualidade, tanto quanto à conservação como ao uso como recurso, a criação de um banco de dados e projetos, e a valorização e reconhecimento do papel do produtor rural como parte dos processos de recuperação, conservação e proteção dos mananciais. Após, o sr. Demarchi apresentou o conteúdo e os termos da minuta de deliberação. Em seguida, a palavra foi devolvida ao Sr. Sebastião, que abriu a discussão para os membros da CT-PL. Foram realizadas congratulações quanto ao nível da proposta, bem como colocações quanto a aspectos jurídicos. O Sr. Polga, representante da CIESP DR. Jundiá, manifestou-se quanto à possível sobreposição de funções que a proposta apresentada poderia ter com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, solicitando um parecer jurídico sobre a mesma a ser emitido antes da reunião Plenária dos Comitês, agendada para 15 de dezembro de 2017, embasando a votação de aprovação ou não da Política. Após as manifestações, o Sr. Sebastião, colocou a Minuta da Política em votação, sendo aprovada por unanimidade, constando como pendência apenas o parecer jurídico solicitado pelo Sr. Polga. **7. Apreciação das propostas de cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

**Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB
Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min**

465 **Mananciais dos Comitês PCJ:** O Sr. Sebastião informou ao plenário que, dentro da Política de Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, está previsto financiamento no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal, em áreas selecionadas no âmbito do Programa I – Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, e a seleção e hierarquização de propostas de ações e respectivos tomadores para o Programa II – Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, ambos previstos na Política de Mananciais PCJ. Informou ainda, traçando um panorama ao plenário, que a CT-RN e a CT-Rural constituíram Grupo de Trabalho, em 23/10/2015, denominado GT-Mananciais, para a avaliação de mérito das propostas e seleção das ações para financiamento sob o PAP-PCJ 2017-2020. O GT-Mananciais realizou reuniões de planejamento para elaboração de critérios para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, nos dias 18/08/2017, 15/09/2017 e 20/10/2017, levando em consideração o Plano das Bacias PCJ 2010-2020, o Plano Diretor Florestal das Bacias PCJ e a disponibilidade de recursos da Cobrança PCJ Federal – PAP-PCJ 2017-2020. A partir das análises realizadas, o GT-Mananciais, após aprova-la em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada em 10/11/2017, no município de Piracicaba/SP, trouxe para apreciação na CT-PL minuta de deliberação que “define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de mananciais”. Após os esclarecimentos, passou a palavra ao Sr. João Demarchi, que explicou os termos da deliberação, instruindo quanto ao cronograma estabelecido e ao fato de apenas Prefeituras Municipais dos municípios pertencentes às Bacias PCJ no Estado de São Paulo estarem aptas a solicitar recursos. A hierarquização das propostas será efetuada de acordo com a análise técnica realizada pelo GT-Mananciais e pela viabilidade financeira realizada pela Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, teceu esclarecimentos a respeito das deliberações, destacando que a seleção de áreas está sujeita ao cumprimento de pré-requisitos, como a exigência de uma lei de PSA no município e de um fundo municipal para o PSA. Além disso, reiterou que apenas prefeituras podem solicitar os recursos. Após as explanações o Sr. Sebastião abriu a palavra para manifestações e, não havendo, colocou em votação a propostas de cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, q qual foi aprovada por unanimidade, e será apreciada e referendada na próxima reunião Plenária dos Comitês PCJ, agendada para dezembro de 2017. **8. Apreciação da Minuta de deliberação que elege os membros do PJ1 no plenário do PCJ FEDERAL e na CT-PL:** O Sr.

Sebastião lembrou que a escolha dos membros do Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1) se dará por meio de processo eleitoral coordenado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM em parceria com a Comissão Eleitoral criada no âmbito do CBH-PJ1. Assim, é necessário aguardar a conclusão do processo para recomposição dos membros do CBH-PJ1 no Plenário do PCJ FEDERAL. Tendo em vista que não há possibilidade devido aos prazos para a incorporação da questão na pauta da 20ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, que a próxima Plenária está prevista para junho de 2018, e o processo do CBH-PJ1 se findará antes desse prazo, foi solicitada autorização da CT-PL para recompor o plenário do PCJ FEDERAL com os membros mineiros através de uma deliberação *ad referendum*. O Sr. Sebastião passou a palavra à Sra. Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, que descreveu a estrutura, composição e dinâmica das vagas, esclarecendo dúvidas a respeito do referido documento. A Sra. Vanessa explicou que, devido aos prazos dos processos eleitorais, ainda não é possível ter as indicações de membros e entidades por parte do CBH-PJ1 para a composição do PCJ FEDERAL, mas assim que o processo for concluído, será realizada consulta junto à nova diretoria do CBH-PJ1 para a indicação, através de ofício, das entidades e membros que comporão o PCJ FEDERAL. Tais informações serão agregadas à deliberação, que será encaminhada aos presidentes dos Comitês para aprovação *ad referendum*. Abriu-se a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou em votação a Minuta de deliberação Ad Referendum que elege os membros do PJ1 no plenário do PCJ FEDERAL e na CT-PL, sendo aprovada por unanimidade, e deverá ser complementada quando do final do processo eleitoral do CBH-PJ1. **9. Apreciação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ, exercício 2018:** O Sr. Sebastião informou que ocorreram, na data de 30/10/2017, em Piracicaba/SP, as reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Fundação Agência PCJ, quando foram apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas pelos Comitês PCJ, as propostas de plano de trabalho e previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de 2018, destacando os percentuais para custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ, de 10% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo, e de 7,5% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. **1) Previsão Orçamentária:** Na sequência, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou a apresentação resumida da Proposta Orçamentária 2018, conforme material distribuído aos presentes, destacando a atualização dos



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

580 PUBs da Cobrança Federal e da Cobrança Estadual Paulista, e esclareceu que a estimativa de arrecadação apresentada foi feita com base nas declarações dos usuários para a previsão de captação e lançamento dos usos outorgados dos recursos hídricos. **2) Plano de Trabalho 2018:** O Sr. Sergio Razera lembrou que a Agência das Bacias PCJ contratou empresa especializada para realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento organizacional da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, envolvendo o desenho e redesenho dos processos de trabalho e a especificação de uma arquitetura do ERP a ser adotado, que resultou no plano de trabalho a ser apresentado. Ressaltou, que a partir das bases do Plano de Trabalho, será realizado o detalhamento das ações, visando a nortear a equipe nas tarefas cotidianas necessárias a implementação – bem como a definição – de indicadores de desempenho para avaliação das atividades da gestão. Outras ações poderão ser incorporadas ao longo do exercício, caso haja percepção de novos desafios e oportunidades em que a Agência das Bacias PCJ deva se inserir. O Sr. Sergio Razera realizou uma apresentação concisa do Plano de Trabalho 2018, destacando as atividades da Assessoria de Comunicação e da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, dos trabalhos e das atividades das Coordenações da Área Técnica e dos trabalhos e das atividades das Coordenações Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ, destacando a importância do desenvolvimento de ações na área de Tecnologia de Informação. Na sequência passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo-financeiro da Agência das Bacias PCJ informou que quanto ao Plano de Ações da Agência PCJ, o existem três grandes ações a serem executadas no ano de 2018, sendo: 1. O planejamento e elaboração do projeto para nova sede da Agência PCJ, pois há a intenção de doação da Prefeitura Municipal de Piracicaba de um terreno de cerca de 3 mil m² na área do Parque Tecnológico de Piracicaba; 2. Implementação do Programa Papel Zero na Agência das Bacias PCJ e na Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP) como projetos-piloto para a implementação do programa de redução do uso de papel nas entidades delegatárias, com recurso do orçamento da ANA; 3. Foi elaborado um Plano de Mídia pela empresa contratada pela Agência das Bacias PCJ e serão realizadas ações para dar maior visibilidade e reconhecimento da atuação da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, bem como a participação ativa dos Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água. Na sequência, o Sr. Sebastião abriu a palavra aos membros. O Sr. André Elia, representante da ÚNICA, solicitou a palavra questionou quanto ao item 3.7, “Cadastros e outorgas” que apresenta R\$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil reais) de

635 despesas no demonstrativo da previsão orçamentária, com a ação de disponibilização de mão-de-obra pela Agência das Bacias PCJ para o DAEE constante no projeto, questionando o fato de a Agência de Bacias fornecer mão-de-obra ao Estado, em especial com alocação dos mesmos no escritório do DAEE, pois as funções do DAEE são de competência do Estado, assim como a disponibilização de mão-de-obra para a CETESB realizar fiscalizações. Criticou o fato de parte do orçamento ser destinado a cumprir funções que não são de competência da Agência de Bacias. Solicitou, por fim, a revisão dos projetos dessa natureza, buscando maior transparência nos processos fiscais da Agência das Bacias PCJ. Após as manifestações, o Sr. Sérgio Razera esclareceu que os valores expostos dos contratos questionados são valores já contratados, através do PAP-PCJ, e que serão pagos ao longo do exercício 2018 e quando da renovação do PAP-PCJ, em abril de 2018, poderão haver inclusões e exclusões de ações e remanejamento de valores. O Sr. Paulo Tinel, representante da ASSEMAE, solicitou a palavra e informou que o Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ, pode solicitar que os Comitês questionam se ainda será dado subsídio ao DAEE e se a cessão de mão-de-obra ao DAEE está gerando ganhos as bacias PCJ. Solicitou que seja feita análise do contrato, pelas Câmaras Técnicas de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos comitês PCJ, conjunta com Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, em parceria com o DAEE, apresentando os resultados do projeto contratado e expressando suas considerações quanto à necessidade ou não do contrato, para posterior apreciação da CT-PL antes da atualização do PAP-PCJ em 2018. Após a manifestação o Sr. Sérgio, solicitou ao Sr. Sebastião que estimulasse discussões a respeito do assunto em pauta na CT-AS e CT-OL, visando a discussão organizada por parte dos membros dos Comitês a respeito dos resultados dos contratos questionados. Após as manifestações, o Sr. Sebastião colocou as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2018, em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade, e deverão ser apreciadas e referendadas na próxima reunião dos Comitês PCJ. **10. Apreciação das regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional:** O Sr. Sebastião lembrou aos presentes que durante a realização da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no Auditório da CATI – Campinas/SP, em 01/09/2017, foi composto o Grupo Técnico de Custeio de Despesas (GT-Custeio de Despesas) para definir a metodologia e regulamentação para pagamento de despesas de viagens aos membros dos Comitês PCJ. Informou também que, na ocasião dessa CT-PL, deliberou-se por trabalhar o custeio nas Bacias PCJ através dos procedimentos de reembolso de



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

despesas de viagens de membros dos Comitês PCJ pelos novos limites conforme determinação da Agência Nacional de Águas (ANA), uma vez que o custeio pelo FEHIDRO seria muito mais atribulado. Na ocasião, constituiu-se um grupo formado por representantes das seguintes entidades: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; Agência das Bacias PCJ, Associação dos Engenheiros de Jundiaí – AEJ, Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiaí – CIESP DR Jundiaí, Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA, Fórum das Américas, Prefeitura Municipal de Jundiaí e Sindicato Rural de Rio Claro. Na sequência, o Sr. Sebastião passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, para uma breve exposição quanto ao formato de pagamento de despesas estipulado. O Sr. Ivens explicou que as diárias têm como propósito custear a alimentação, locomoção urbana e hospedagem dos membros dos Comitês PCJ. Há faixas de valores específicos para determinadas localidades, a saber: Brasília, Manaus e Rio de Janeiro – R\$ 321,10 (trezentos e vinte e um reais e dez centavos); Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – R\$ 304,20 (trezentos e quatro reais e vinte centavos); demais capitais de Estados – R\$ 287,30 (duzentos e oitenta e sete reais e trinta centavos); demais deslocamentos R\$ 253,50 (duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Esses valores serão pagos quando conformar-se diária completa, caracterizada pela existência de pernoite. Quando não houver pernoite, será disponibilizada meia-diária, que corresponde exatamente à metade dos valores supracitados. O Sr. Ivens apresentou as tabelas de valores financeiros para expor os custos por parte da Agência das Bacias PCJ para o pagamento das despesas, havendo uma previsão de gastos de R\$ 511.689,75 (quinhentos e onze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos) anuais. A projeção base para a estipulação deste valor leva em consideração o número de diárias disponíveis para cada membro. Foram expostos também os critérios para solicitação de diárias. Em relação às reuniões internas (CTs, GTs, GAs, Plenária), estão habilitados a solicitar diárias os representantes de Organizações Cívicas ou de Entidade Associativa Representativa de Usuários de Recursos Hídricos; o(a) coordenador(a), coordenador(a)-adjunto(a) ou secretário(a) das Câmaras Técnicas de qualquer um dos segmentos dos Comitês PCJ, ou pessoa física sem vínculo com os Comitês PCJ que venha ser convidado para desenvolvimento de atividades e compartilhamento de experiências junto aos Comitês PCJ. Em relação às reuniões externas (por indicação dos Comitês PCJ), os critérios são, não cumulativos, ser membro representante de entidade de qualquer um dos segmentos dos Comitês PCJ, com indicação formal de

deliberação dos Comitês PCJ ou anuência do Secretário-executivo, ser pessoa física, sem representação nos Comitês PCJ, devidamente com anuência do Secretário Executivo para representar os interesses dos Comitês PCJ. O prazo para solicitação de diárias é de até cinco dias úteis (salvo nas Plenárias, no qual contam-se oito dias úteis) antes da reunião, devendo apresentar o formulário “Solicitação de diária” preenchido. O valor será depositado até um dia útil antes da referida reunião. Após a reunião, é necessário a entrega de “Relatório de viagem” em até dez dias após o retorno da viagem. Na sequência, o Sr. Sebastião abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações, colocou a proposta da minuta de deliberação estabelece regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **11. Apreciação e apresentação da Consolidação do Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ:** O Sr. Sebastião lembrou a todos que foi realizada, no mês de junho de 2017, a renovação da composição das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CTs), de acordo com os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento das mesmas. Esta deliberação dispõe, também, que as CTs deverão elaborar, anualmente, plano de trabalho mínimo, compatível com o Plano de Bacias e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ. Diante do exposto, o Sr. Sebastião informou que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ solicitou às coordenações das CTs que elaborassem os respectivos Planos de Trabalho (PTs) com base nas disposições e conteúdo do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, disponibilizando, para tanto, formulários específicos nos quais foram elencadas as atividades a serem desenvolvidas entre novembro de 2017 e maio de 2019, aprovadas pelos membros em reuniões plenárias de cada uma das CTs. O Sr. Sebastião detalhou as atividades a serem desenvolvidas, definindo-se, para tanto: título da atividade; justificativa para seu desenvolvimento e seu enquadramento nos PDCs (Programas de Duração Continuada) e subprogramas previstos no Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Para cada atividade foram elencadas as ações envolvidas em sua implementação, bem como os produtos esperados. O conjunto dos prazos das ações resultou no “Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho Anual 2017-2019”. As atividades propostas pelas Câmaras Técnicas foram encaminhadas à Secretaria Executiva, que realizou reunião de avaliação e harmonização preliminar, a fim de verificar o potencial de articulação entre duas ou mais CTs no desenvolvimento de determinadas atividades, bem como a Agência das Bacias PCJ, analisou a viabilidade da execução das atividades propostas nos PTs, em função dos recursos humanos e financeiros disponíveis para o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB Anfiteatro PA 07 – Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Limeira/SP – 24/11/2017 – 09h30min

810 apoio às CTs, em função do Plano de Aplicação
815 Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios
820 Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ 2017-2020,
825 que confirmou a viabilidade dos propostos. As
830 discussões realizadas nas reuniões, respeitados os
835 conteúdos aprovados pelas CTs, resultaram na
840 consolidação dos PTs, onde consta a organização de 73
845 atividades, resultando em 256 ações para o período
850 entre novembro de 2017 e maio de 2019, e foram
855 reunidas na “Consolidação dos Planos de Trabalho das
860 Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ 2017-2019”. Na
865 sequência apresentou a minuta de deliberação dos
870 Comitês PCJ que “aprova os Planos de Trabalho (PT)
875 das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, período
880 2017/2019”. Após os esclarecimentos, o Sr. Sebastião
885 abriu espaço para manifestações dos membros quanto
890 ao conteúdo da Consolidação dos Planos de Trabalho
895 das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Não havendo
900 manifestações Sr. Sebastião colocou em votação a
minuta de deliberação e a Consolidação dos Planos de
Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ os
quais foram aprovados por unanimidade e serão
apreciados e referendados na próxima reunião dos
Comitês PCJ. **12. Outros Assuntos: 12.1. Pagamento
pelo Uso dos Recursos Hídricos – SABESP:** O Sr.
Sebastião passou a palavra ao Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual
apresentou o andamento da situação envolvendo a
desconsideração, por parte da SABESP, das reduções
das vazões máximas médias mensais, determinadas
pelos Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, relativos
ao período compreendido entre março de 2014 e
novembro de 2016, para o cálculo da cobrança pelo uso
dos recursos hídricos referente à transposição do
Sistema Cantareira. O Sr. Sergio informou que foi
enviado ofício dos Comitês PCJ nº 087 e 086/2017,
datados de 30 de agosto de 2017, respectivamente à
ANA e ao DAEE solicitando o posicionamento desses
órgãos gestores, sobre o assunto. Ressaltou que a ANA
emitiu seu parecer favorável ao entendimento dos
Comitês PCJ, enquanto o DAEE, até presente data não
havia se manifestado. Diante do exposto, o Sr. Sebastião
apresentou a proposta de constituição do Grupo Técnico
SABESP (GT SABESP), para definir e discutir o
pagamento pelo uso dos Recursos Hídricos da SABESP.
Após as explanações, o Sr. Sebastião solicitou que se
manifestassem os interessados em participar do GT-
SABESP. Após as manifestações, aprovou-se, por
unanimidade, que o grupo será composto pelos
representantes das seguintes entidades: ASSEMAE,
Consórcio PCJ, Sindicato Rural de Rio Claro, Fórum

das Américas, SABESP, Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ. Na sequência
foi agendada 1ª Reunião do GT-SABESP para o dia 27
de novembro, nas dependências da Agência das Bacias
PCJ. **12.2. Papel Zero – Contrato de Gestão:** O Sr.
Sebastião passou a palavra ao Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual
informou que Agência Nacional de Águas (ANA) está
estimulando a redução no uso do papel nas entidades
delegatárias por meio do Programa Papel Zero, e que,
para tanto, disponibilizará à Agência PCJ R\$
625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil de reais) para
redução do uso do papel tanto no cotidiano como
através da reorganização e digitalização do arquivo.
Para desenvolvimento desta ação será acrescido um
Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão
003/ANA/2011 celebrado entre a Agência Nacional de
Águas – ANA e a Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
Na ocasião deste termo aditivo será incorporada
também alterações nas metas do contrato. O Sr. Sergio,
ressaltou que foram realizadas com os contratos de
outras Agências de Água delegatárias, tais como
AGEVAP e a Peixe Vivo, mas não haviam sido postas
ao PCJ devido a elaboração de novo contrato nos
próximos anos, mas, com a alteração proveniente do
aditivo quanto ao Programa Papel Zero, foi também
solicitada a alteração das metas. Diante do exposto,
solicitou autorização da CT-PL, o encaminhamento da
minuta de deliberação e dos termos do novo contrato
direto para apreciação dos plenários dos Comitês PCJ,
uma vez que não haverá tempo hábil para o assunto ser
apreciado em uma nova CT-PL e posteriormente nos
plenários. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr.
Sebastião abriu a palavra para manifestações dos
membros do plenário e, não havendo, colocou a
proposta de encaminhar o assunto diretamente aos
plenários na reunião de 15 de dezembro de 2017, sendo
a mesma aprovada por unanimidade. **13.
Encerramento:** Na sequência, o Sr. Sebastião abriu a
palavra aos presentes e, nada mais havendo a tratar,
agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
reunião.

Sebastião Vainer Bosquilia
Secretário-executivo Adjunto
do CBH-PCJ